



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 01 | Nº. 1 | Ano 2020

José Fernando de Matos

O PROCESSO DE PAZ EM ANGOLA COMO PUNTO DE VIRAGEM PARA A RECONCILIAÇÃO NACIONAL: CAMINHOS E PERSPECTIVAS

ANGOLA'S PEACE PROCESS AS A TURNING POINT FOR NATIONAL RECONCILIATION: PATHWAYS AND PERSPECTIVES

RESUMO: O presente artigo aborda o processo de construção da paz e de reconciliação nacional em Angola, país que viveu 27 anos de guerra civil. A partir da assinatura do documento, a data de 04/04/2002 foi instituída como feriado nacional e passou a ser, entre os angolanos, uma referência histórica importante na luta dos povos que a integram, por marcar uma viragem decisiva no processo militar e político. Neste aspecto, observam-se os problemas de como o desenvolvimento social e a inclusão deram conta de problemas que foram vividos antes e ainda continuam persistindo entre várias parcelas da sociedade angolana. Eis um dos grandes desafios da construção nacional, e da caminhada para um exercício democrático mais inclusivo. Mais um passo e estamos diante da pergunta: mas, afinal qual conceito que os povos angolanos dariam à paz?

PALAVRAS-CHAVE: Angola; Guerra; Desenvolvimento; Paz.

ABSTRACT: This article addresses the process of peace building and national reconciliation in Angola, a country that has lived 27 years of civil war. As of the signing of the document, the date of 04/04/2002 was instituted as a national holiday and became, among Angolans, an important historical reference in the struggle of the peoples that integrate it, as it marked a decisive turning point in the military and political. In this regard, we observe the problems of how social development and inclusion accounted for problems that have been experienced before and still persist among various parts of Angolan society. This is one of the great challenges of national construction, and of the journey towards a more inclusive democratic exercise. One more step and we are faced with the question: but, after all, what concept would the Angolan peoples give to peace?

KEY WORDS: Angola; War; Development; Peace.

Site/Contato

Editores

Cinthia Nólacio de Almeida Maia
cinthianolacio@yahoo.com.br

Rita de Cássia Nascimento dos Santos
rita.tic@gmail.com

O PROCESSO DE PAZ EM ANGOLA COMO PONTO DE VIRAGEM PARA A RECONCILIAÇÃO NACIONAL: CAMINHOS E PERSPECTIVAS

José Fernando de Matos ¹

INTRODUÇÃO

A história do conflito armado em Angola é longa e complexa. Meijer, a “história das tentativas para acabar com o conflito não podem, por isso, ser contadas de forma simples ou linear. O resumo dos desafios inerentes ao fim da violência militar e a uma situação que pode ser caracterizada como de paz genuína também não pode ser simples” (MEIJER, 2004, p. 7). Assim, neste artigo decidiu-se dar mais atenção as questões pós-conflito, ou seja, à longa e multifacetada tarefa da construção da paz. Dessa forma, mesmo sem entrar em discussões morais, pode-se dizer que as origens da guerra civil em Angola residiram em diversos fatores. Segundo José (2008), entre os quais cabe mencionar:

(...) Os projetos diferentes para o futuro governo de Angola no imaginário dos movimentos de libertação nacional; o grande montante de recursos minerais, principalmente diamantes e petróleo existentes no território angolano, que, além de atíçarem a cobiça e os interesses internacionais, em si mesmas sediavam o conflito; a intervenção de países como ex-URSS, Cuba, EUA, Zaire, África do Sul e outros atores internacionais, especialmente no auge da Guerra Fria, os quais polarizaram mais ainda as disputas internas pelo controle do governo de Angola; e a postura tendenciosa de Portugal na elaboração e aplicação do modelo de governo de transição de colônia para a independência através do Acordo de Alvor, cujos signatários foram o governo português, o MPLA, a UNITA e a FNLA que influenciaram de forma decisiva o agravamento das disputas no país (JOSÉ, 2008, p. 167).

Nesse sentido, os anteriores esforços em prol da paz fizeram com que a conclusão final da guerra fosse mais suave. “O fato de ter sido conseguido um cessar-fogo e uma reabertura das negociações para a paz tão rapidamente após a eliminação de Savimbi deve-se em parte à possibilidade de os partidos se apoiarem numa série de acordos falhados” (MEIJER, 2004, p. 8). Muitas das questões já tinham sido previstas e resolvidas ao detalhe noutras ocasiões e, na verdade, o Memorando de Luena é formalmente um mero suplemento ao Protocolo de Lusaka, que por sua vez se baseava nos Acordos de Bicesse. Do ponto de vista político, a “paz em Angola mantém-se incompleta. As cicatrizes físicas e psicológicas da guerra são evidentes.

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representação da África (PPGEAF) pela Universidade do Estado da Bahia-DEDC II). Possui graduação em Humanidades e também é graduando em

Ainda não foi encontrada solução para o déficit democrático. O regime continua marcado pela sua história predatória” (MEIJER e BIRMINGHAM, 2004, p. 15). Ou seja, Angola mostra alguns sinais preocupantes tais como: conflitos sociais crescentes, falta de oportunidades econômicas e um sentimento de desilusão e frustração por parte da população.

De acordo com o jornalista e ativista Rafael Marques Morais (2018), o partido no poder apresenta-se com a pretensão de ser o representante e o portador da autêntica consciência da Nação (do país) e da identidade. Mais um passo e estamos diante da pergunta: ao logo dos seus 45 anos no poder, tem o MPLA correspondido a estas palavras? E porque, este partido assume-se como “o símbolo da libertação, independência, paz democracia e desenvolvimento de Angola”. Mas que democracia e desenvolvimento temos, de fato? Por ser o único partido que governa os angolanos desde a independência? São apenas algumas questões, que deverão juntar-se muitas mais dos leitores-cidadãos, para animarmos a discussão política e social que deve ser cada vez mais abrangente, crítica e de elevado sentido cívico.

Optamos por uma metodologia que combina a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A primeira modalidade de pesquisa levou-nos a selecionar uma literatura nacional e internacional sobre o processo de paz para compreendermos, em termos teóricos, o tema da nossa investigação. A pesquisa documental constituiu-se na identificação, seleção de materiais através da internet: vídeos, alocações, jornais e textos jornalísticos. Os vídeos foram transcritos em textos (FAIRCLOUGH, 2010). A nossa revisão bibliográfica estender-se-á além da bibliografia angolana, ir-nos-emos socorrer principalmente da bibliografia estrangeira, tendo em consideração que são escassas as obras angolanas que abordam a temática a que nos propusemos estudar.

Este tema foi escolhido com vista a analisar, refletir e repensar sobre os problemas sociais que o país tem atravessado nestes últimos dezessete anos de paz. Na última década, Angola registrou um dos maiores crescimentos econômicos do mundo, mas manteve-se líder nos índices de mortalidade infantil. Portanto, compreendemos que, falta outro tipo de participação na vida social para que as coisas funcionem! É mesmo. Falta um tipo de participação social maior, mais exigente, embora mais problemático, mais eficaz, para garantir que o peixe chegue e se encontre na peixaria, para garantir que o trabalho seja valorizado e estimulado com um bom salário, para garantir que os lares e as famílias vivam em paz através de uma política econômica do governo que beneficie a economia familiar. Falta, pois, uma participação política organizada para influenciar os centros de poder, o governo, onde se tomam as medidas políticas e econômicas que afetam a minha vida e a vida de todos os cidadãos.

Segundo Oliveira (2012), a guerra civil condicionou a vida de todos angolanos no geral. Aos mais velhos, frustrou as expectativas criadas em torno da independência. Aos jovens, condicionou o seu futuro e a sua vivência juvenil, canalizando-os para o serviço militar, como não dando oportunidade de construírem um futuro digno (OLIVEIRA, 2012). Dito isto, muito se tem falado sobre o crescimento espetacular da economia angolana, isso não é inquestionável, “mas esse crescimento ainda não se reflete na qualidade de vida da maioria da população. Nas lides políticas é comum ouvir-se existirem melhorias, mas, nas observações do quotidiano angolano, a realidade é bem diferente” (MARTINS, 2014, p. 430). Por sua vez, a proporção que a corrupção atingiu põe em risco o crescimento econômico até aqui no país, nos últimos anos, a corrupção vai distorcendo políticas, programas e estratégias que visam satisfazer as necessidades básicas das populações no pós-guerra civil.

Uma das motivações para a presente pesquisa se centra no decreto presidencial do presidente angolano João Manuel Gonçalves Lourenço que, defende fortemente a criação de uma Comissão para a elaboração de um plano de homenagear as vítimas dos conflitos políticos entre 1975 a 2002, com a finalidade de se curar as feridas psicológicas das famílias e se regenerar o espírito de fraternidades entre os angolanos através do perdão e da reconciliação nacional.

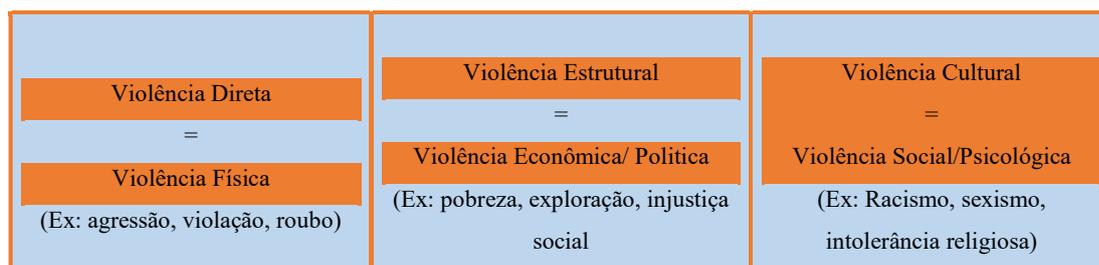
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA PAZ (NOÇÃO DE PAZ)

Nesta seção, pretendemos trazer à tona toda aquelas temáticas com maior relevância para o conhecimento da noção de paz na sociedade angolana. Assim, a ideia de paz surge frequentemente, associada ao final de uma guerra, quando terminado o conflito armado. No entanto, viver em paz significa também viver em harmonia e bem-estar e abrange todos os aspectos da vida individual e social. Segundo Silva (2002), a palavra paz, usualmente, significa a ausência da guerra. Os termos guerra e paz seriam, nesse caso, opostos, antônimos. São, portanto, situações extremas. E estão, de fato, situadas em polos opostos. Mas entre uma e a outra existem situações e estágios intermediários.

Para Vicente et al (2014) a paz tem sido compreendida sob diferentes ângulos. Até ao século XX, foi essencialmente definida como a ausência de guerra. Porém, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1954), surgiu uma nova área de estudos, designada Estudos da Paz (Peace Studies e Peace Research), que permitiu aprofundar a sua compreensão. Assim, abandonou-se a concessão da paz como ausência de guerra (visão negativa e restrita), para abranger a criação de interações positivas e harmoniosas (visão positiva e abrangente). A partir da década de 1990, após o final da guerra Fria (1945-1991), passa-se a falar da necessidade de construir uma cultura de paz (VICENTE, 2014). Ainda de acordo com este Vicente, a Declaração das Nações Unidas

sobre uma Cultura de Paz e não-violência (13 de setembro, 1999) considera que “a paz não é apenas a ausência de conflitos, mas também requer um processo positivo, dinâmico e participativo em que se promova o diálogo e se solucionem os conflitos num espírito de entendimento e cooperação mútuos. Nesse caso, Johan Galtung (1995) tenta definir melhor a palavra paz ao apontar os conceitos de uma paz negativa e de uma paz positiva.

Da definição de Vicente, a paz negativa começou por ser entendida como ausência de guerras ou conflitos entre Estados ou no seu interior. Esta terá sido uma das primeiras e mais difundidas definições de paz, “divulgada no século XVII, por Hugo Grócio (holandês, 1583-1645), antigo teórico do Direito Natural, no seu trabalho *De Jure Belli ac Pacis* (Sobre a lei de Guerra e Paz)” (VICENTE et al 2014, p. 88). Mais tarde, Johan Galtung (1930) sociólogo e matemático de origem norueguesa, viria a classifica-la como paz negativa. Falar de paz negativa como ausência de violência impõe esclarecer as formas e causas de violência. Ou seja, é possível distinguir três formas de violência: direta, indireta ou estrutural e cultural. Para maior ilustração veja a seguir a figura 1, três formas de violência.



Fonte: Vicente (2014)

A paz positiva, por outro lado, implica ajuda mútua, educação e interdependência dos povos. A paz positiva vem a ser não somente uma forma de prevenção contra a guerra, mas a construção de uma sociedade melhor, na qual mais pessoas comungam do espaço social. Como nos ensina Galtung que a paz positiva pressupõe a ausência total de guerras e a cooperação entre povos e nações (SILVA, 2002). Refere-se à presença de relações justas e de não exploração, bem como ao bem-estar humano e à relação pacífica com a natureza. A paz positiva é a melhor forma de evitar quaisquer expressões de violência e existem diferentes métodos para assegurar a paz positiva entre as sociedades, a paz positiva direta; paz positiva estrutural e paz positiva cultural.

2002: O ANO DA PAZ NEGATIVA EM ANGOLA

Expostos os argumentos, vamos centrar o nosso estudo no âmbito da paz negativa, e não da paz positiva, no contexto da sociedade angolana, na paz mediada em que o mundo tem vindo

a reclamar uma nova forma de pensar a paz. A paz entre os povos e as nações é uma das grandes aspirações do ser humano e foi exemplarmente retratada na letra e música “Imagine” de John Lennon (1971). Nessa perspectiva, Bobbio (2000, p. 511) apud Oliveira (2007), afirma que “o homem começou a refletir sobre a paz partindo do estado da guerra”, pois a guerra colocava em perigo o maior bem do homem, a sua própria vida. A guerra, de certa maneira permitiu que as reflexões sobre a paz, comesçassem a sair do âmbito estreitamente religioso. Segundo, as consequências da guerra eram tamanhas, que não se podia mais esperar a pós-morte para se viver em paz, ou seja, os homens necessitavam aprender a viver em paz sem ajuda da intervenção divina.

Dito isto, o Acordo de Alvor² constituiu – o começo da caminhada para o sonho. Alvor foi o primeiro registo de negociações entre os três movimentos de libertação nacional. Iniciava-se o ano 1975, e, na maior "Província Ultramarina", intensificava-se a luta pela autodeterminação do povo angolano. Com efeito, foi concluído a data da Independência de Angola (11 de novembro de 1975). Segundo Gonçalves (2004), o Acordo do Alvor foi assinado apenas pelos três movimentos, que junto com Portugal dividiram o governo de transição, mas que rapidamente entrou em colapso. A vontade de hegemonia de cada um dos movimentos e a tolerância que isso implicava criou um terrível clima antidemocrático, conduziu a fortes alianças internacionais com os dois campos da guerra fria e abriu caminho para a guerra civil.

Segundo Christine Messiant (2014) logo à partida podemos observar que os primeiros dois acordos – o de Bicesse em Maio de 1991 e o de Lusaka em Novembro de 1994, ambos realizados sob os auspícios da comunidade internacional – tiveram como resultado a continuação da guerra, com consequências cada vez mais mortíferas para a população civil; enquanto que o terceiro acordo, o Memorando de Luena³ de 2002, no qual a comunidade internacional desempenhou um papel muito secundário e em grande medida simbólico, não só conseguiu a formalização da cessação das hostilidades como pôs fim ao ciclo de guerras que devastavam Angola desde a independência, em 1975. Como devem ser interpretados estes dois fracassos e este sucesso no alcance da paz? Retrospectivamente as respostas residem numa combinação de dois fatores. Messiant (2014), afirma que:

² Acordos de Alvor, acordo entre o MPLA, a UNITA, a FNLA e o Governo de Portugal, 15 de janeiro de 1975. Alvor, Portugal

³ Memorando de Entendimento de Luena (Memorando de entendimento complementar ao protocolo de Lusaka para a cessação das hostilidades e resolução das demais questões militares pendentes nos termos de protocolo de Lusaka), acordo entre as Forças Armadas Angolanas e as Forças Militares da UNITA, 4 de abril de 2002. Luena, Moxico, Angola.

Uma busca determinada da vitória militar e do poder hegemónico pelas duas partes em conflito, e a existência de ‘demasiados interesses’ no seio da comunidade internacional ‘real’. Em Angola, os interesses desta comunidade internacional ‘real’, formada por grandes potências e empresas transnacionais, contextualizaram e influenciaram fortemente a atitude da comunidade internacional ‘oficial’ (as Nações Unidas) (MESSIANT, 2014, p. 16).

Foi assim, primeiro, nos Acordos de Bicesse e Lusaka e na sua implementação e, depois, no apoio da comunidade internacional ‘real’ não só ao governo angolano como, silenciosamente, à opção militar e ao abandono de quaisquer tentativas de negociação. Fundamentalmente são estes interesses da comunidade internacional real’ que explicam as deficiências e os fracassos das intervenções internacionais. Embora tenham mudado ao longo do tempo, eles reforçaram sempre a marginalização das necessidades de paz e democracia das forças ‘não armadas’ – os angolanos que não se reconheciam nas pretensões hegemónicas dos partidos em conflito (incluindo mesmo alguns elementos desses partidos) tornaram possível que os dois partidos armados tratassem a seu bel-prazer a sociedade angolana, nos seus esforços para alcançar o poder total a qualquer preço (MESSIANT, 2014).

Bicesse – Rumo às eleições multipartidárias. As incessantes tentativas de busca das vias para a instauração da paz em Angola tiveram, nos Acordos de Bicesse, o resultado mais bem conseguido das negociações diretas entre o MPLA e a UNITA, em 1991. Nunca, até aí, o processo negocial para a pacificação de Angola havia suscitado tamanha atenção e interesse da comunidade internacional e da imprensa. O mundo vivia os últimos suspiros da Guerra Fria, período marcado por um relativo abrandamento das disputas geopolíticas, entre americanos e soviéticos, pela queda do Muro de Berlim e pelo desmantelamento do regime do apartheid, na África do Sul (ANGOP, 2018).

De acordo com Messiant (2014), as negociações oficiais iniciaram-se em Portugal em 1990, sob os auspícios de uma Troika composta por Portugal, a URSS e os EUA, com estes a exercerem mais peso. As negociações obrigavam, logo à partida, o MPLA a abandonar o marxismo-leninismo e a adoptar um sistema multipartidário e, mais tarde, em maio de 1991, e apesar de continuar a ser ‘o governo’, a assinar um acordo de paz com uma UNITA que era reconhecida como um ‘partido’ em pé de igualdade com o MPLA. Segundo a autora, o acordo forçava ainda o MPLA a realizar eleições após um período de transição, durante o qual se deveria proceder à desmilitarização das duas forças e à formação de um exército único, de forma a assegurar o respeito pelo voto:

Nenhum dos beligerantes com os quais a Troika e a ONU tinham de partilhar a responsabilidade pelo processo de paz abandonara ainda a sua procura de hegemonia. Nem o MPLA nem a UNITA estavam interessados na reconciliação

ou na democratização. Acima de tudo, o MPLA queria evitar a derrota, e aceitara certas condições com relutância e sob pressão. A UNITA apenas queria a paz porque tinha a certeza – como quase toda a gente na altura, incluindo o MPLA – que iria vencer as eleições, e atingir o seu objetivo de alcançar o poder do estado. Os três países que ‘geriam’ os acordos não podiam ter tido ilusões (MESSIANT, 2014, p. 18).

Por que razão Bicesse falhou? Segundo Messiant, o fracasso pode ser analisado de diversas maneiras. Os autores externos alegaram, mais tarde, que lhes faltava um conhecimento real dos dois lados angolanos, particularmente do ‘perdedor’ do processo, a UNITA. Segundo Gonçalves (2004), o contexto que se viveu em Angola de 1975 a 1991 pode ser ironicamente classificado de “sistema de dois partidos únicos”, na medida em que dos dois lados da guerra, imperava o mesmo tipo de relacionamento entre os políticos e a sociedade, com métodos repressivos semelhantes e o mesmo descaso em relação ao desenvolvimento. Nesse período, a noção de refluxo é muito mais extensa e grave, porque não abrange apenas correntes políticas, vitimando toda a sociedade e impedindo Angola de se afirmar como país respeitável.

O Memorando de Luena marcou o fim da guerra. Segundo Griffiths (2014), a questão para Angola é saber o que poderia ter acontecido se o processo tivesse sido definido em termos mais vastos como uma oportunidade, não só para acabar com as hostilidades militares de forma negociada, mas para abrir o processo a uma renovação política mais vasta através de consultas aos partidos políticos não armados e à sociedade civil. Teriam estas fundações sido melhores para uma democratização e reconciliação mais profundas, que pudessem resolver com maior sucesso os problemas fundamentais de Angola? Dadas as estruturas de poder, este tipo de abertura nunca foi uma hipótese real, mas poderá ser Angola a perder por tal processo nunca ter sido levado a cabo.

Tudo isso que acabamos de mencionar não anda aí a voar. Politicamente, continua a haver forte domínio do MPLA como sendo o promotor da paz e da reconciliação nacional. Gangsta pontua que, a própria independência de Angola foi unilateral e estamos a viver os efeitos colaterais, porque criamos uma sociedade que não é inclusiva, em que não se admite o ponto de vista ao contrário de quem é detentor do poder [...] é uma sociedade totalmente instrumentalizada do ponto de vista institucional na perspectiva partidária. É só olharmos os heróis do país, são heróis do MPLA, e não heróis do povo (RAPPER e ATIVISTA, 2019).

AS TENDÊNCIAS DO PÓS-GUERRA

Com a assinatura do Memorando de Luena entre o governo e a UNITA, em abril de 2002, a nação testemunhou a paz dos bravos, a paz militar, permitindo o calar das armas. A falta de

vontade política, de transparência e sinceridade para uma paz efetiva, vem dificultando o desenvolvimento do processo de democratização. Para Lopes (2014), de facto a ausência de democratização efetiva periga a consolidação da paz, visto que esta só se realiza quando estamos perante uma situação clara de liberdade, de capacidade de partilha, de competição política transparente e de justiça social, realidades contrárias ao controlo absoluto da sociedade pela partidarização das instituições e privatização do estado.

Dois sintomas começam a observar-se na situação do pós-guerra. A dificuldade em concluir de forma não problemática as tarefas supervenientes do Memorando de Luena como o processo de desmobilização e reintegração social dos militares, o não desarmamento da população civil e a própria participação da UNITA em cargos públicos, bem como o ressurgimento da intolerância política, patente em vários pronunciamentos dirigidos ao governo de militares e políticos da UNITA; por outro, indiciam-se reações do povo, algumas das quais violentas, contra a política do governo e de abusos das autoridades, nomeadamente, a transferência compulsiva de moradores de umas zonas para outras devido a interesses imobiliários, a destruição de mercados sem que novas infraestruturas sejam construídas, o roubo descarado de agentes policiais dos bens das kinguilas (cambistas informais) e zungueiras (vendedores ambulantes), e outros casos de natureza repressiva (LOPES, 2014, p. 56).

Não é minha intenção insistir numa visão catastrófica da nossa sociedade. Por isso me parece oportuno adiantar desde já que, no dia 04/04, celebra-se em Angola o dia Nacional da Paz e Reconciliação, recordando o acordo de paz assinado em 2002 entre os dois maiores partidos políticos do país, MPLA e a UNITA. Refletindo um pouco nisso, seria importante que entendêssemos que, a Paz e a Reconciliação não se consumam acima dos cadáveres de outrem, destacando-se as mortes de Jonas Savimbi, entre outros. Segundo Schubert (2013), a morte de Jonas Savimbi, líder da Unita, pelas tropas governamentais em 2002, abriu caminho para a assinatura de um «memorando de entendimento» entre as partes implicadas no conflito, que proporcionou a tão almejada paz. Mas, afinal qual conceito os angolanos dariam à paz?

“Desenvolvimento é o novo nome da paz” palavras do Papa Paulo VI na encíclica *Populorum Progressio*. Segundo Schubert (2013), a vitória militar do MPLA deu descanso a uma população profundamente dividida e extremamente afetada pela guerra, vivendo num país devastado pelo conflito militar. País cuja economia é totalmente dependente do petróleo, com um sistema governamental pouco transparente e sem sentir necessidade de prestar contas.⁴ Segundo Martins (2014), a questão da transparência na gestão pública é o grande desafio

⁴ Ler: HODGES, T. (2003). “Angola. Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo selvagem, Estoril”: Principia. Neste livro o autor afirma que: Os governantes do MPLA, depois de abandonarem o socialismo de Estado no início da década de 90, abraçaram um capitalismo distorcido pela manutenção de mecanismos dirigistas e não transparentes de

que se coloca aos governos angolanos, na medida em que esse desiderato poderá contribuir de forma significativa para o combate à corrupção fiscal. Nesse sentido, entendemos que “tudo que diz respeito ao âmbito público não deve ser segredo, as informações devem ser acessíveis” (MARTINS, 2014, p. 436).

Traçando um percurso político, os angolanos apenas votaram uma vez na vida, em 1992, na sequência dos Acordos de Bicesse. A Assembleia Nacional tem maioria MPLA que pode votar qualquer lei a seu favor. Apesar de a guerra ter terminado oficialmente a 4 de abril de 2002, o partido no poder nunca quis definir uma data para as eleições a pretexto de que é preciso que se preencham 14 condições necessárias, o que, no seu parecer, não será possível antes de 2006. “Estas condições vão desde a adopção de uma nova Constituição e Lei Eleitoral até a revitalização da economia rural e um consenso nacional sobre o desenvolvimento de Angola até ao ano 2025” (LOPES, 2014, p. 57).

Segundo o autor, de facto regista-se um cansaço geral sobre o sistema político de governação e a grande maioria via nas eleições uma oportunidade de mudança. O grande desafio político das eleições, seja qual for a data escolhida, será de assegurar um ‘campo de jogo’ mais equilibrado do que em 1992, um grande desafio, visto a omnipresença do partido no poder não só nas estruturas de governo e de estado, mas em todas os sectores da sociedade. Assim, a realização das eleições parlamentares em setembro de 2008, as primeiras desde 1992 poderia ser vista como um passo para o pluralismo democrático. Schubert (2013, p. 37) afirma que “embora as eleições tenham sido consideradas «credíveis e transparentes» pelas missões da União Europeia e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a vitória do MPLA não foi uma surpresa”.

No dizer do autor, apesar da relativa tranquilidade e ordem do processo, as condições para que as eleições fossem livres e justas não foram criadas. O voto resultou na vitória esmagadora do partido no poder, o MPLA, o qual obteve 191 dos 220 assentos parlamentares, com o total de 81,6 por cento de votos. Entretanto, realizaram-se em Angola as segundas eleições desde o fim da guerra, a 31 de agosto de 2012. O que mudou desde 2008 foi o surgimento de protestos populares abertos contra o regime em 2011 e 2012, que foram fortemente reprimidos, assim como a criação de um novo partido, a Convergência Ampla pela Salvação de Angola – Coligação Eleitoral (CASA-CE), que ambiciona quebrar a bipolarização do MPLA/UNITA (SCHUBERT, 2013).

atribuição de recursos. O Estado não prestou contas de uma parte importante das enormes receitas públicas geradas pela venda do petróleo angolano.

Em suma, pode concluir-se que o processo democrático em Angola atravessa um momento difícil e perigoso face à interdependência entre paz e democracia, onde qualquer dos termos não consegue realizar-se. “De fato a guerra forneceu os elementos de contenção do processo democrático que permanece através da ideia de que o vencedor militar deve conformar o sistema político como entende” (LOPES, 2004, p. 57). Vejamos a seguir o cronista angolano Victor Hugo Mendes (2019) na sua crônica o “*Savimbi de Victor Hugo Mendes*” sobre os dezessete anos de paz em Angola, onde as consequências da falta de uma paz efetiva, são ainda muito claras e pertinentes para a análise da pobreza e do desenvolvimento angolano na atualidade. Segundo Mendes (2019) pode-se considerar que:

Nos manuais de história de Angola [...] a uma verdade indesmentível, Savimbi tal como Agostinho Neto e Holden Roberto jovens possuídos por uma força e sentido único patriótico sem igual entregaram-se a causa da nossa Independência Nacional alcançada em 1975, depois de rios de lágrimas e mares de sangue que inundaram e entristeceram o mundo. Cada um deles no extremo diferente do país fez vida negra ao colono português ao lado de centenas e milhares de outros nacionalistas. Malheiro teve dezenas de filhos como é normal nos tempos em nome da tradição africana. Savimbi viveu grande parte da sua vida nas matas de Angola; e morreu aos sessenta e sete anos de arma na mão (MENDES, 2019).

Passados 17 anos depois da sua morte, o país embarca numa crise absurdamente triste e talvez sem necessidade, os restos mortais de Savimbi foram enterrados recentemente, mas a família nunca fez o seu luto. Hoje, a família de Jonas Savimbi⁵ reclama o seu reconhecimento como herói nacional a par de Holden Roberto da FNLA, e de António Agostinho Neto do MPLA. Ensina Savimbi que, quando a paz chegar festejem, se ela trazer em vós harmonia, esta paz que depende do meu passamento físico não é a verdadeira paz. Não pode haver numa democracia um único representante, vejam o desejo de ser o único tivemos que percorrer 16 anos de guerra em que nos matamos nos odiamos “afinal somos filhos da mesma terra” (MENDES, 2019).

Em suma, passados vários anos do fim da guerra civil, Angola ainda amarga sérios traumas por conta do conflito. Mesmo os maiores defensores da ideia de que o país progride não negam esse fato. Por outro lado, se não há como duvidar de que a guerra deixou sequelas ao país, “poucos são aqueles que identificam esses rastros no cotidiano das instituições angolanas”

⁵ Savimbi nasceu a 3 de agosto de 1934, em Muhongo uma pequena localidade na província do Bié. Porém, na África sempre se comete o erro de se assinar os seus grandes filhos e patriotas olhando somente para os seus erros (como foi com Kadaffi), a título de exemplo, a morte de Savimbi em 22 de fevereiro de 2002, houve uma grande euforia pela morte desse grande homem, porque Angola não compreendeu a dimensão de Savimbi. Mas hoje, é indiscutível que o Savimbi foi um grande gigante angolano.

(FRANÇA, 2010, p. 29). Vejamos a seguir de que forma as lógicas da guerra e da democracia se confrontam rotineiramente em Angola por meio de instituições.

Sem dúvida, diariamente, o cidadão local já ouviu dizer sobre a “*Lei da Gasosa*”,⁶ explicitando melhor, a gasosa é um instrumento de compreensão entre o Polícia e o automobilista, nos hospitais entre enfermeiro e familiares, na escola entre o professor e o aluno. Segundo Martins (2014), o que se assiste nos hospitais é espetacular. Para se ter um entendimento personalizado, é preciso ser “mão larga”, os medicamentos nas farmácias dos hospitais quase não existem, são desviados para as farmácias particulares dos diretores ou são vendidos. Acontece, porém que, “a situação agrava-se cada vez mais porque os dirigentes angolanos não confiam no sistema de saúde do país e quando estão doentes tratam-se no estrangeiro” (MARTINS, 2014, p. 431). A alimentação para as famílias pobres não possui qualidade para o consumo humano, a maioria dos importadores dos alimentos são indivíduos ligados ao aparelho do Estado, para esses, os seus negócios não podem ser vistoriados, há grande corrupção institucional. Segundo Martins (2014):

A situação torna-se bastante preocupante quando da entrevista dada pelo presidente da República à cadeia televisiva portuguesa SIC, para os portugueses, ao responder a pergunta sobre o problema da corrupção no País. Ele afirmou de forma menos pedagógica que não sabia se a corrupção pode ser controlada porque em todos os países do Mundo existia e Angola não era uma exceção. Essa perspectiva mostra a pouca vontade, que existe por parte dos governantes para combater a corrupção (MARTINS, 2014, p. 432).

Em função disso, a corrupção tem encorajado a discriminação, privando as pessoas vulneráveis de renda, impedindo as pessoas de cumprir os direitos sociais, culturais e econômicos políticos. Todos estes constrangimentos conduziram os angolanos, na sua maioria, a uma “perda de esperança no futuro e em si mesma” (ROCHA 2011: 24 Apud LIBERATO, 2015). Segundo Liberato (2015) pode-se considerar que:

O incentivo para o consumo de álcool é proporcionado pelo baixo valor dos preços praticados em relação às bebidas alcoólicas, nomeadamente a cerveja que, dependendo dos locais é vendida ao mesmo preço ou a preço inferior que os refrigerantes ou a própria água. Certamente, o povo angolano vive prisioneiro de uma cultura do medo, com fome, sem saúde, o futuro limitado ao horizonte do que a vista alcança impedido de exprimir o que quer, ou sequer o que pensa (LIBERATO, 2015, p. 42).

⁶ A gasosa não passa de corrupção. As pessoas falam em uma gasosa, mas não tem a ver na verdade com uma gasosa, tem a ver com dinheiro, ou seja, um serviço em troca de um expediente.

A lei da gasosa é de fato uma prática de corrupção ativa e passiva. Segundo Frade (2007) a corrupção ativa é ato de oferecer, vantagem, qualquer tipo de benefício ou satisfação de vontade, que venha a afetar a moralidade da Administração Pública⁷. A corrupção passiva ocorre quando o funcionário que, por si ou por interposta pessoa com o seu consentimento, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não-patrimonial, ou a sua promessa, para praticar ato ou omissão inerente aos deveres do cargo ou função, ainda que anteriores àquela solicitação ou aceitação, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com a de multa até 120 dias⁸.

A Constituição da República de Angola, em seu artigo 21º (*Tarefas fundamentais do Estado*) defende: alínea (d) promover o bem-estar, a solidariedade social e a elevação da qualidade de vida do povo angolano, designadamente dos grupos populacionais mais desfavorecidos”; (h) promover a igualdade de direitos e de oportunidades entre os angolanos, sem preconceitos de origem, raça, filiação partidária, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação⁹.

Mas, do lugar de onde eu falo, ninguém ensinou que: o conhecimento é cultivado e não comprado; trabalhar para alcançar os objetivos traçados; que o enriquecimento tem que ser sustentado e sustentável; a riqueza por si só não se reproduz; a corrupção corrói tudo o que se constrói. Ao contrário, ao longo dos 45 anos de independência, os angolanos aprenderam a: serem patrióticos, venerar os heróis nacionais; confiar no socialismo como a melhor solução para o país; entregar o destino nas mãos do Estado: o onipresente; a odiar os inimigos e a repudiar o imperialismo; a desqualificarem-se; a serem arrogantes; substituir o trabalho e a aprendizagem pelo *business*; a querer enriquecer rápida e facilmente (LIBERATO, 2014).

Por outro lado, numa democracia, os espaços reservados aos militares na condução das políticas de um país são muito mais restritos. Em geral, os militares se tornaram responsáveis pela defesa da população e do território de um país diante de um possível ou até remoto ataque armado, posto que outras preocupações atingem o protagonismo: “efetivação dos direitos individuais e sociais através da implementação de políticas públicas” (FRANÇA, 2010, p. 31). Neste caso, o gestor público especializado na área de educação será de evidente maior relevância à condução das coisas políticas do país que o militar com experiência em conflitos armados.

Este é um problema enfrentando por Angola de Hoje. O período do choque entre a lógica da guerra e da democracia neste caso é chamado por nós de “militarismo”, ou seja, a supervalorização de um tipo profissional que serve à lógica da guerra em um lugar onde se procura enraizar a paz (FRANÇA, 2010).

⁷ Código Penal, artigo 360.

⁸ Código Penal, artigo 361.

Terminamos esta parte reforçando que, a história recente angolana, marcada por um longo conflito armado, não foi eficaz no desenvolvimento de uma cultura de diálogo, sendo a desconfiança um pilar importante nas relações entre pessoas e instituições. Apesar de Angola ter atingido taxas elevadas de crescimento económico, o índice de pobreza ainda é muito elevado, quanto mais o país crescia, consigo também cresciam os índices de desigualdade social e má distribuição das riquezas. CEIC (2012) apresenta alguns desafios para o governo dizendo que: A questão social é o grande desafio que Angola tem que vencer; a equação contraditória entre sermos um país efetivamente rico e termos um povo pobre, tem que ser resolvida a favor dos angolanos.

SOBRE A RECONCILIAÇÃO

Inicialmente, cabe dizer que mesmo a definição sobre o que é reconciliação não é tarefa simples ou considerada pacífica entre os especialistas na área. As últimas décadas foram testemunhas de um crescente interesse no estudo de como as sociedades que vivenciaram um passado de violência coletiva, de violações generalizadas de Direitos Humanos e de guerras civis lidam com essas questões. Nessa perspectiva, podemos começar com os escritos de Lázaro (2010), o termo reconciliar é derivado do latim *re*, que significa voltar a juntar as partes. Reconciliar refere-se ao relacionamento, indicando uma situação pós-conflito, desacordo, ou a superação dos mesmos. Em síntese, é frequente o uso do termo para se referir a um sem número de estratégias centrais para a construção da paz.

De um modo geral, a etimologia da palavra reconciliação sugere um processo de reaproximação. Esse termo também carrega um sentido normativo ou moral, que seria o de reunificar pessoas ou coisas destinadas a estarem juntas. “Foi apontado que[...] a reconciliação denota a reaproximação de coisas que antes estavam unidas, mas que se separaram; é um retorno ou restauração do status quo antes, seja real ou imaginário” (SARKIN, 2008, p. 13 Apud ANTONIO, 2013). Assim, as questões da reconciliação após a existência de um conflito violento são hoje o cerne de muitos estudos referentes ao campo teórico da resolução de conflitos e daquilo que de forma mais vasta se designa por “estudos da paz” (Peace research). Segundo Patrícia (2005) o debate tem início desde logo no próprio conceito, de natureza complexa e de utilização relativamente recente: o que significa a reconciliação num contexto de construção da paz numa fase pós conflito? Quais os caminhos, em que consiste?

⁹ Constituição da República de Angola.

Partindo do estudo de caso sul-africano, Brandon Hamber e Hugo van der Merwe (1998) identificaram cinco definições ou abordagens possíveis: uma de dissolução de identidades que se tinham tornado incompatíveis (no caso da África do Sul, identidades raciais criadas num determinado contexto político); outra baseada no entendimento inter-comunitário (apostar na comunicação e no estabelecimento de pontes entre comunidades com diferentes culturas, ideologias e histórias); uma terceira assente na ideologia religiosa (colocando a ênfase na confissão, na honestidade e no perdão entre inimigos); a quarta denominada de abordagem dos direitos humanos (segundo a qual deve existir uma interação social reguladora, através do Estado de direito e da prevenção de que certas violações de direitos voltem a verificar-se); e uma última que encara a reconciliação como uma forma de construção da comunidade. (PATRÍCIA, 2005, p. 11).

Esta abordagem encara os conflitos como disruptores de uma rede de relações de interdependência anteriormente existente nas comunidades, pelo que a reconciliação passaria por um processo de recuperação da confiança e de reconstrução de laços interpessoais e intergrupais, essencialmente ao nível local (PATRÍCIA, 2005). Segundo Monteiro (2004), Angola dispõe de uma grande variedade de recursos culturais para facilitar a reconciliação. Entre estes recursos incluem-se as crenças e costumes tradicionais da cosmologia africana, bem como recursos provenientes das diversas igrejas e as numerosas influências ideológicas que foram introduzidas durante e depois da dominação colonial. Independentemente da maneira como eles entraram, fazem hoje parte do património cultural dos angolanos, embora em graus diferentes em vários extratos da sociedade. Por conseguinte, a reconciliação em Angola é tida como o momento da história que marca o fim da guerra entre o governo do MPLA e a UNITA, independentemente da forma como têm sido implementadas as políticas de reintegração, desmobilização com vista ao apaziguamento dos ressentimentos em ambas as partes. Porém, “numa ideia parece haver consenso: a de que a guerra é um passado distante” (LÁZARO, 2010, p. 32).

Monteiro (2004) pondera que, as memórias dolorosas são parte da memória coletiva e não podem ser trabalhadas individualmente. O mais importante é que haja um reconhecimento público do sofrimento causado através de um pedido de perdão à população, e que os autores que estiveram envolvidos na guerra em Angola se sentem juntos e discutam sobre o que ocorreu no passado, sobre o que os dividiu e os levou a lutar durante tantos anos. É importante sobretudo chegar a um acordo de como gerir estas diferenças no futuro. Desta feita, o governo do MPLA assumiu o papel de principal promotor da Reconciliação e demonstrou, diante as câmaras da televisão e dos microfones da rádio, o quanto o país ficou destruído pela guerra a ponto de separar a sua população.

Várias vezes, “velhos, crianças, jovens adultos, homens e mulheres clamavam perante os meios de comunicação estatais e agradecimentos pelas oportunidades que lhes eram dadas para encontrar seus parentes. Imagens do passado em escombros eram associadas à UNITA”

(LÁZARO, 2010, p. 38). Por exemplo, aqui, procurava-se promover, por esta via, nas consciências, uma Angola em mudança onde era necessário esquecer o passado e reconstruir as famílias¹⁰ e as infraestruturas sociais destruídas durante a guerra.

Segundo Monteiro (2014), em Angola, a maioria da população foi severamente afetada pela guerra e como consequência o medo e a desconfiança permeiam hoje as relações entre os angolanos. Muitas pessoas se sentem permanentemente ameaçadas e desenvolveram mecanismos psicológicos de defesa para enfrentar o medo. Estas respostas são reforçadas por valores culturais e de educação, que não estimulam a expressão da aflição ou da dor. Embora se tenha escrito extensamente sobre a guerra e as suas consequências, os traumas individuais e o sofrimento coletivo são mencionados com parcimônia, tanto em particular como publicamente.

O Anexo 6 do Protocolo de Lusaka (1994) refere: “No espírito da Reconciliação Nacional, todos os angolanos devem perdoar e esquecer os agravos resultantes do conflito angolano e encarar o futuro com tolerância e confiança” (MONTEIRO, 2004, p. 66). À partida o próprio texto já expressa um aspecto comum a todos os conflitos – o desejo de esquecer, a que mais adiante nos referiremos. Embora a ‘reconciliação nacional’ continue a ser evocada como um aspecto importante da consolidação da paz em Angola, na arena política evidenciou-se fundamentalmente a reconciliação entre as partes em guerra sem explorar as causas do conflito.

Segundo Pestana (2004) a guerra civil aparecia assim como um dos grandes obstáculos à democratização em Angola, menos em si mesma, mas naquilo que ela tinha de instrumental para os regimes autoritários que disputavam a hegemonia do espaço nacional e o controle das populações. “Para estes a Paz não era um valor em si ou imanente ao contrato social, mas um instrumento de poder cujo valor variava em função do que podia representar para a manutenção e reprodução da sua dominação e da acumulação da riqueza¹¹” (PESTANA, 2004 p. 1) Ao estabelecer-se o Entendimento de Luena, Angola fecha o ciclo da Guerra Civil conforme Pestana (2004) menciona:

A Declaração de Paz do Governo, no seu ponto 10, dizia pretender trabalhar “com toda a sociedade, nomeadamente as Igrejas, os partidos políticos, as associações cívicas e as associações sócio profissionais”, enquanto no seu

¹⁰ No programa “**Nação Coragem**”, que pelo Angola em Movimento, era projetada a ideia de construtor da paz e reconciliação, associada ao Presidente da República e ao partido no poder, MPLA. Todos os méritos cabiam ao Presidente, por ser o principal promotor da paz.

¹¹ O certo é que nos desassete anos de paz definitiva, ainda não são visíveis mudanças significativas no domínio económico e social do país, razão pela qual um considerável número de pessoas tem as suas expectativas frustradas. Cada um ao seu nível sonhava ter a sua situação de vida melhorada. As pessoas da aldeia, Vilas e Sanzalas contavam com pontes reconstruídas e com estradas melhoradas para escoar os seus produtos do campo para as cidades onde pudessem vender a preços aceitáveis. Com esse dinheiro melhorariam o seu nível de vida. Mas a paz que era a esperança para a maioria dos angolanos ainda não produziu efeitos imediatos na vida da maioria das pessoas prevalecendo na maior parte dos casos, uma situação de extrema pobreza.

ponto 12 sobre a ajuda humanitária afirmava contar “com a participação efetiva das Igrejas, organizações não governamentais e demais vontades da sociedade civil”. No seu ponto 14 voltava a apelar à sociedade civil (conjuntamente com “as forças políticas”) para que se mantivesse “um elevado sentido de responsabilidade nos seus atos e palavras” (PESTANA, 2004 p. 2).

Existe, porém, um problema: a distinção feita entre paz militar e paz civil se presta à confusão, uma vez que qualifica o conflito “angolano” como “guerra civil”. As sociedades civis angolanas sofreram uma guerra entre, por um lado, duas formações políticas e, por outro, uma guerra de agressão com invasão e conquista de forças militares estrangeiras. A paz civil só pode ser regulada pelas próprias sociedades civis, o que remete às relações entre as classes e os grupos sociais angolanos e sua vontade de edificar a nação angolana, enquanto a paz militar depende dos partidos políticos beligerantes e das forças estrangeiras envolvidas (SANTOS, 2001).

Partindo das considerações de Santos, a paz civil e a reconciliação nacional podem e devem ser obtidas, não por um código definido pelos partidos políticos, mas pela organização e fortalecimento das sociedades civis, de modo a permitir a estas a imposição sobre os partidos políticos angolanos e sobre as forças estrangeiras. Gentil Viana realizava uma corrida contra o relógio, provocada pelo absurdo da manutenção, a qualquer preço, das eleições em setembro de 1992, o que indica a sede de poder da sociedade política angolana. Código de coabitação nacional deveria constituir um dos meios que permitiriam às sociedades civis se impor e responsabilizar os partidos políticos e o Estado.

Considerações Finais

Em conclusão, podemos entender que temos um país que tem um governo militarizado. Não obstante, as discussões sobre a política e paz ao invés de serem civis, elas sistematicamente tornam-se militarizadas. Considerando que o Protocolo de Lusaka, o instrumento legal e político para a resolução do conflito angolano, não conheceu a evolução positiva esperada para a sua conclusão definitiva; entende-se que deve existir uma vontade política para que esta situação acabe. Segundo Luís Domingos, um dos jornalistas angolanos que cobriram o conflito armado, a paz e reconciliação nacional ainda não são um facto e deixa um apelo: "A nossa paz ainda é frágil, o nosso processo de reconciliação nacional também é frágil (LUAMBA, 2019). Mas, agora me questiono, será que não é possível termos um governo que se preocupe de fato com o País e com o povo? A mentalidade da própria sociedade, que não reage, assusta. Ou mudamos de mentalidade ou isto será sempre um círculo vicioso.

Não me compete fazer queixas ou levantar suspeitas, mas como angolano não pude deixar de ficar impressionado com o rumo que o país vai tomando. Notamos que, a paz em si foi um passo significativo para a reconciliação nacional e a reconciliação nacional é um elemento que faz parte do nosso dia-a-dia, com as nossas ações e atos. Monteiro (2014) pondera qual é a verdade sobre a guerra em Angola? Não existe apenas uma verdade, cada um tem a sua verdade, a sua versão das coisas. Existem várias verdades construídas a partir das experiências de cada um e da forma como elas foram interpretadas. Cada indivíduo e cada comunidade tem a sua própria história e o quadro completo seria composto por pedaços de cada uma. Um tal quadro histórico talvez seja um pré-requisito para todos os angolanos encararem juntos o presente e o futuro de uma maneira mais construtiva e dessa forma praticar a ‘reconciliação nacional’.

Para Mário Pinto de Andrade, Ruanda seria um bom exemplo a seguir para a consolidação da paz angolana, uma vez que, se conseguiu erguer após o genocídio de 1994, no qual extremistas hutus levaram a cabo um massacre contra tutsis e hutus moderados, que deixou cerca de 800 mil mortos. “O Ruanda hoje é um exemplo de estabilidade política, económica e social do continente africano e tem ganhado vários prémios. O Ruanda é um exemplo para o mundo, exemplo de reconciliação, democracia e crescimento económico”, considerou Andrade (LUAMBA, 2019). Em sociedades democráticas o governo não é o povo, mas o Governo representa o povo e assim, o Governo deveria fazer a vontade do povo.

Compreendemos que, a nação significa que o povo angolano é chamado a participar plenamente na definição de seus interesses, de suas necessidades e dos meios para obter suas satisfações e sua defesa. Segundo Santos (2001) o projeto nacional deve ter como base aquilo que une o povo angolano: sua história comum e suas características específicas, o pluralismo cultural e linguístico, a produção e distribuição da riqueza, a ajuda mútua e a solidariedade. Dessa forma, podemos concluir que, os interesses nacionais, não devem dividir ou separar a comunidade nacional, nem criar desigualdades económicas e sócias inaceitáveis para nenhum componente da nação, seja ele qual for. Deve-se, entretanto, distinguir o projeto de uma classe social angolana do projeto de nação. Ambos podem se cruzar, dependentemente do momento histórico, mas são, na maioria das vezes, distintos, visto que o povo é o conjunto de cidadãos e não grupo determinado. Este conjunto corresponde a uma coletividade mais ou menos estreitamente associada e considerada em referência ao território que habita ou do qual é originária, ou seja, a nação angolana (SANTOS, 2001).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIO, Gustavo Miranda. Promoção da reconciliação nacional. **Revista Jurídica da Presidência Brasília**, v. 15 n. 105, p. 69-92, Fev. /Mai. 2013.

ANGOP. **Agência Angola Press. Angola e os caminhos para a paz efetiva**, 2018.

CARVALHO, António, Manuel Luvualu de. Economia do Petróleo Angolano do Pós-guerra. O papel de Sonangol. **China, O Novo Parceiro Estratégico**. Universidade Lusíada de Angola. v. 1, n. 4 (2010). - p. 11-46.

CEIC. Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, 2012 «**Relatório Social de Angola 2012**». Luanda. Angola. Website: www.ceic-ucan.org.

LIBERATO, Ermelinda « *O antes, o agora e o depois: Angola 40 anos depois* », **Mulemba**, 5 (10) | 2015, 31-51.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: Textual analysis for social research**. London/New York: Routledge, 2010.

FRADE, Ana Maria Duarte. **A corrupção no Estado Pós-colonial em África. Duas visões literárias**. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade Porto. 2007

FRANÇA, Lívia. «Vestígios da Lógica da Guerra numa Democracia em Construção: o Militarismo e o Confidencialismo». In: António Aventura (Org.) **Ação Policial e Direitos Humanos em Angola Coletânea de temas de Reflexão**. AJPD, p. 29-40. 2010. Luanda – Angola.

GONÇALVES, José. 2004, «O descontínuo processo de desenvolvimento democrático em Angola» In **Ocasional Papers** n.º 10. Centro de Estudos Africanos. CEA-ISCTE. Setembro de 2004.

GRIFFITHS, Aaron. «O fim da guerra: o Memorando de Entendimento de Luena». In: **ACCORD 15**, (Org.). *Da paz militar à justiça social? O processo de paz angolano*. Londres: Conciliation Resources, p. 24-27. 2004.

JOSE, Joveta. «Angola: independência, conflito e normalização». In: MACEDO, JR., org. **Desvendando a história da África [online]**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 159-17

Lázaro, Gilson. **Angola: Discursos e Práticas Dominantes de Reconciliação e Construção da Nação**, ISCTE – IUL, 2010.

LOPES, Viera F. «Os desafios de democratização». In: **ACCORD 15**, (Org.). **Da paz Militar à justiça social? O processo de paz angolano**. Londres: Conciliation Resources, p. 54-57, 2004.

LOPES, Felipe Tavares. Paes. Os conceitos de paz e violência cultural: contribuições e limites da obra de Johan Galtung para a análise de conflitos violentos. **Athenea Digital**, Cerdanyola del Vallès, v. 2, n. 13, p. 169-177, 2013.

LUAMBA, Manuel. Angola: Que caminhos para a consolidação da paz? **Jornal DW On-line**, 04 de abril de 2019.

- MARTINS, Manuel. **Corrupção: um mal a combater na democracia angolana**. v. 28, n. 2, p. 425-438, jul. /dez. 2014.
- WEBNIVEL. Miguel Neto. **Conversa com o Gangsta**. 7 de jun. de 2019. 1 vídeo (1h 24min 5seg). Publicado pelo canal WEBNIVEL MIGUEL NETO.
- MORAIS, Rafael Marques de. Fórum: A paz, o Trabalho e a Liberdade do MPLA. **Jornal Maka Angola**, 19 de junho de 2018.
- MENDES, Victor Hugo. O Savimbi de Victor Hugo Mendes. 26 de fev. de 2019. 1 vídeo (4min 51 segs.). Publicado pelo canal Victor Hugo Mendes.
- MEIJER, Guus. «Introdução: Lições do ‘processo de paz’ angolano». In: **ACCORD 15** (Org.). Da paz militar à justiça social? O processo de paz angolano. Londres: Conciliation Resources, p. 06 - 09, 2004.
- MESSIANT, Christine. «As causas do fracasso de Bicesse e Lusaka: Uma análise crítica». In: **ACCORD 15** (Org.). Da paz militar à justiça social? O processo de paz angolano. Londres: Conciliation Resources, p. 16-23, 2004.
- MEIJER, Guus; BIRMINGHAM, David. «O passado e o presente de Angola». In: **ACCORD 15** (Org.). Da paz militar à justiça social? O processo de paz angolano. Londres: Conciliation Resources, p. 10-15, 2004.
- MONTEIRO, Carlinda. «Paz e Reconciliação». In: **ACCORD 15** (Org.). Da paz militar à Justiça social? O processo de paz angolano. Londres: Conciliation Resources, p. 66- 67, 2004.
- OLIVEIRA, Sílvia de. **Olhar a pobreza em Angola: causas, consequências e estratégias para a sua erradicação**. Ciências Sociais. Unisinos v. 48, n. 1. p. 29-40, jan. /abr. 2012.
- OLIVEIRA, Ariana Bazzano de. **O Conceito de Paz: um percurso de Kant à Atualidade**; UEL-Londrina (2007)
- PESTANA, Nelson. **As dinâmicas da sociedade civil em Angola**. Centro de Estudos Africanos. ISCTE. Lisboa, 2004.
- PAIN, Rodrigo S. de; REIS, Marilise Luiza Martins dos. Em busca do despertar: o fortalecimento da sociedade civil angolana após a Segunda República. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**; Vol. 3 n. 1 (1), p. 44-66, agosto-dezembro/2006.
- PATRÍCIA, Ferreira M. “Justiça e Reconciliação Pós-Conflito em África”. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa: Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, N.º 7/8, 2002, p. 11-26
- SILVA, António C. M. Angola: História, Luta de Libertação, Independência, Guerra Civil e suas Consequências. In: **NEARI EM REVISTA**, V. 4, N.52, p. 01-15, 2018.
- SILVA, JORGE V. da. A Verdadeira Paz desafio do Estado democrático. **São Paulo em perspectivas**, 16(2), p. 36-43, 2002.

SCHUBERT, Jon. Democratização e Consolidação do Poder em Angola no Pós Guerra. **Relações Internacionais**, N. 37, p. 079-098, 2013.

SANTOS, Daniel dos. Economia, Democracia e Justiça em Angola: O Efêmero e o Permanente. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, nº 1, p. 99-133, 2001.

TONET, Willian. Réquiem pelo 4 De abril. **Jornal Folha 8**, 5 de abril de 2019.

FREIRE, Maria R. e Lopes Paula D. « Reconceptualizar a paz e a violência: Uma análise crítica », **Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**, 82 | 2008.

Vicente, Henrique Manuel Testa. Cidadania e Desenvolvimento Social: Manual do Aluno - 12.º ano de escolaridade. Timor - Leste. 2014.

DOCUMENTOS:

Constituição da República de Angola. Luanda, 2010.

Recebido em: 08/04/2020

Aprovado em: 01/05/2020